

Brasil só ^{b3}paga juros em abril com empréstimo-ponte

BRASÍLIA — O pagamento dos juros a vencer em abril, maio e junho — US\$ 1,8 bilhão está condicionado à obtenção de um empréstimo-ponte ou de uma nova renegociação com os bancos credores, afirmou o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, ao sair da reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), realizada para que ele explicasse os termos do acordo fechado sábado com os bancos credores.

— O Brasil não tem reservas suficientes para continuar pagando os juros, e não pode correr este risco a partir de abril — assegurou.

Segundo o ministro, a estratégia pagar os juros antes de um acordo com os credores é de alto risco, mas possibilitou o sucesso alcançado sábado passado. No entanto, isto não significa que o Brasil tenha se comprometido a levantar a moratória, mas foi uma "decisão corajosa que o presidente Sarney adotou desde 15 de janeiro e que trouxe bons resultados", afirmou.

Durante a reunião do CDE — integrado por sete ministros da área econômica e pelo ministro-chefe do Gabinete Civil — Maílson disse a seus colegas que a importância do acordo reside no fato de permitir o primeiro aporte de dinheiro novo do sistema bancário internacional ao Brasil, desde 1984. "O acordo não é uma vara de condão para resolver os problemas brasileiros, mas é um ingrediente", explicou.

Para o ministro, o Brasil atravessa um processo de desaceleração da economia — a indústria cresceu apenas 0,9% em 87 — e a retomada do crescimento depende de um conjunto de medidas, como a contenção do déficit público e a eliminação de incertezas que permitam a volta dos investimentos. Para ele, no curto prazo, este acordo com os credores significa eliminar

uma parte expressiva das incertezas, poderá reativar os negócios entre empresas brasileiras e estrangeiras e o retorno do Brasil ao mercado financeiro voluntário e de linhas de financiamento a empresas brasileiras.

— A comunidade financeira está convencida de que o Brasil pode e deve ter uma economia dinâmica, com geração de empregos e a paz social fundamental para consolidação da nossa democracia — garantiu o ministro, com base em telefonemas recebidos dos credores. Ele disse que o secretário do Tesouro americano, James Baker III, lhe transmitiu a satisfação do governo dos Estados Unidos com o fechamento do acordo.

Salvaguardas — O ministro afirmou que diversos pontos do acordo com os bancos ainda estão em discussão, como a criação de salvaguardas conseguidas pelo México e que garantem uma redução nos pagamentos toda vez que o petróleo sofre uma queda de preços no mercado. Também está em discussão a inclusão de uma cláusula de que os bancos renunciem à partilha se um deles aderir à securitização da dívida. A cláusula de partilha determina que qualquer pagamento recebido por um dos 700 bancos credores deverá ser dividido com os demais e esta obrigatoriedade vem impedindo a adesão à proposta de trocar uma parte da dívida por bônus de prazo mais longo.

Uma das vantagens conseguidas com este acordo foi a redução do *spread* — taxa de risco — do novo empréstimo e que o Brasil acredita será estendida aos US\$ 50 bilhões de dólares, que correspondem ao estoque da dívida, através do sistema *carve-out*. Neste sistema entrará apenas a dívida do setor público pois, segundo Maílson, existem milhares de contratos de

dívida do setor privado — que correspondem a 20% do total — e "seria complicado mexer com isso."

O acordo fechado com os bancos prevê que o Brasil pagará uma comissão de 0,37% aos credores que aderirem rapidamente à proposta do empréstimo de US\$ 5,8 bilhões como refinanciamento e de US\$ 600 milhões para as linhas de curto prazo. O ministro explicou que, se os 700 bancos aderirem em 30 ou 40 dias, será a primeira vez na história que um país conseguiu fechar um acordo em prazo tão curto: "Por isso, será bom se tivermos que pagar os 19 milhões de dólares em comissões", observou. Ele disse ainda que o fim das comissões, determinado pelo ex-ministro da Fazenda, Dílson Funaro, refere-se a operações de reemprestimos — *re-lending* — e que será mantido pelo Banco Central.

Os próximos passos do governo brasileiro na renegociação da dívida externa será concluir este acordo — a previsão é de que seja dentro de prazo curto — e depois com o FMI. Uma missão negociadora do Fundo deverá chegar ao Brasil no final de março e, até o fim de abril, deverá estar concluído o programa econômico brasileiro que será analisado pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva do FMI, antes de um acordo.

Críticas — O governo não espera a unanimidade do povo brasileiro sobre o acordo fechado com os credores, segundo Maílson porque ela não existe dentro da democracia, mas espera que a maioria entenda a sua importância. Sem especificar, o ministro disse estar surpreso com as declarações de alguns economistas "teóricos da confrontação e críticas do endividamento", que lastimaram não ter o governo se endividado além dos US\$ 5,8 bilhões.

O FLUXO DE RECURSOS COM OS BANCOS EM 88

O que o Brasil deve

| | |
|--|-------------------|
| Juros vencidos em 87 | US\$ 4,5 bilhões |
| Juros vencidos e a vencer em 88 | US\$ 6,6 bilhões |
| Juros da dívida de curto prazo de 88 | US\$ 1,3 bilhão |
| Total dos juros de médio, longo e curto prazos devidos aos bancos comerciais | US\$ 12,4 bilhões |

O que será refinaciado*

| | |
|---|--------------------|
| Juros vencidos em 87 | US\$ 3,0 bilhões |
| Juros vencidos e a vencer em 88 | US\$ 1,87 bilhão** |
| Total refinaciado | US\$ 4,87 bilhões |
| Desembolso líquido do Brasil para os Bancos | US\$ 7,53 bilhões |

* Juros da dívida de médio e longo prazos. ** Considerando que US\$ 930 milhões serão usados para refinanciar os juros do primeiro semestre de 89.